

VIII-034 - ESCOLAS PÚBLICAS DO RN: CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Igor Ricardo Martins Chimbinha⁽¹⁾

Bacharel em Ciência e Tecnologia pela Universidade Federal Rural do Semi-árido –UFERSA. Graduando do curso de Engenharia Agrícola e Ambiental pela UFERSA, Campus Mossoró-RN.

Roselene de Lucena Alcântara

Engenheira de Materiais e Mestre em Engenharia Química pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Doutora em Recursos Naturais pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Professora da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), Campus Angicos.

Endereço⁽¹⁾: Rua Aristófares Fernandes, 628 – Prefeito Jaime Batista - Angicos - RN - CEP: 59515-000 - Brasil - Tel: (84) 9933-5099 - e-mail: guinho_rn@hotmail.com.

RESUMO

As questões ambientais apresentam-se como um conjunto de relevância social na atualidade, pois todos os dias somos bombardeados com notícias de catástrofes ambientais ocorridas no mundo, como aquecimento global, poluição, contaminação do solo, da água e do ar, da problemática do lixo, entre outros. Tendo em vista a crescente ocorrência de problemas ambientais vê-se a necessidade de uma nova consciência, um novo comportamento e comprometimento frente a esta situação a fim de minimizar as consequências destas atitudes desastrosas para o futuro. A partir desse processo é imperativo tratar as questões ambientais num contexto popular e, ao mesmo tempo, mundial. O presente trabalho tem como objetivo geral explicar a concepção ambiental de alunos de duas escolas públicas do município de Angicos/RN, no tocante à inclusão da educação ambiental como um instrumento didático-pedagógico que oportuniza o conhecimento ambiental. E, como objetivo específico, observar como os professores, gestores e alunos utilizam a educação ambiental enquanto ferramenta de união escola/comunidade. A técnica de pesquisa adotada consiste na documentação direta e indireta, onde foram catalogados dados sobre as atividades e práticas desenvolvidas nessas referidas instituições com relação às questões ambientais, incluindo palestras, gincanas, feiras educacionais, dinâmicas, ou seja, atividades intra e extracurriculares. De maneira geral, os professores externaram que as atividades desenvolvidas foram de grande relevância para o aprendizado dos alunos e por desenvolver a criticidade frente aos problemas ambientais e as possíveis soluções.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Ambiental, Interdisciplinaridade, Prática Pedagógicas, Instrumento Didático-pedagógico.

INTRODUÇÃO

A Política Nacional de Educação Ambiental - Lei nº 9.795/1999 - define os princípios básicos da educação ambiental com “o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo”, “a visão entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais” e “o reconhecimento e o respeito” a pluralidade e à diversidade individual e cultural. Foi organizada sobre o inciso VI do artigo 225 da Constituição Federal, que apresenta o Poder Público como promotor da Educação Ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização da população para a preservação ambiental (BRASIL, 1999). O capítulo I em seu artigo 1º define a educação ambiental como sendo “os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competência voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencialmente à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade”.

Para conservar e preservar os recursos naturais é preciso o despertar da consciência para educação ambiental, que surge como resposta à apreensão da sociedade com o futuro da vida e com a qualidade da existência das presentes e futuras gerações, cujo principal finalidade é superar a divisão entre natureza e sociedade, através da formação de uma consciência ecológica nas pessoas. É apoiada no aprendizado constante, baseada no respeito a todas as formas de vida e no estímulo às sociedades socialmente justas e ecologicamente equilibradas, mantendo a relação de interdependência e diversidade. Este comportamento ético e moral é pautado na

responsabilidade individual e coletiva, tanto em nível local, como nacional e global. Nesse sentido, pode-se dizer que a educação ambiental é herdeira direta do debate ecológico e esta entre as alternativas que buscam construir novas maneiras de os grupos sociais se relacionarem com o meio ambiente (SEABRA, 2009; CARVALHO, 2008).

Com base no exposto acima, a educação ambiental se torna um instrumento de grande importância e imperativa para a formação e materialização do desenvolvimento sustentável, buscando um equilíbrio e respeito entre o crescimento econômico e o meio ambiente, tendo como propósito a visão futura para as novas gerações, onde deverão usufruir de um meio ambiente equilibrado.

O presente trabalho tem como objetivo geral explanar a concepção ambiental de alunos de duas escolas públicas do município de Angicos/RN, no tocante à inclusão da educação ambiental como um instrumento didático-pedagógico que oportuniza o conhecimento ambiental. E, como objetivo específico, observar como os professores, gestores e alunos aplicam a educação ambiental enquanto ferramenta de união escola/comunidade.

MATERIAIS E MÉTODOS

Esse trabalho tem como recorte espacial duas escolas do município de Angicos/RN, uma de ensino fundamental e a outra de ensino médio, e foi realizado no período de março – junho de 2012. O critério de escolhas das escolas deveu-se a uma convergência de fatores: disposição de cooperação dos gestores e professores; possibilidade de trabalhar com o ensino fundamental e médio; serem escolas reconhecidas no município pelo trabalho educacional desenvolvido ao longo de décadas e necessidade de identificar e discutir os resultados obtidos pelas práticas pedagógicas desenvolvidas no âmbito da educação ambiental.

O município de Angicos está localizado na região central do estado do Rio Grande do Norte, Limitando-se com os municípios de Ipanguaçu (oeste), Afonso Bezerra e Pedro Avelino (norte), Lajes (leste), Fernando Pedroza e Santana do Matos (sul) e Itajá (sul e oeste). A sede do município está situada a 5° 39' 56" de latitude sul e 36° 36' 04" de longitude oeste. A altitude é de 110 m acima do nível do mar e a distância rodoviária até a capital é de 171 km. A população estimada é de 11.549 habitantes (IBGE, 2010).

Utilizou-se a pesquisa qualitativa, pautando-se na documentação direta (observação e entrevista) e indireta (pesquisa bibliográfica e pesquisa documental) (MARCONI; LAKATOS, 2005).

Para tanto, os dados catalogados foram pertinentes às atividades e práticas desenvolvidas nas duas instituições contempladas na pesquisa e identificadas de cunho ambiental. Bem como foi observado o entendimento dos discentes e inventariados os documentos escolares, incluindo palestras, gincanas, feiras educacionais, registros fotográficos, textos, vídeos, documentos, dinâmicas e atividades realizadas entre escola e comunidades. Na sequência, foram relacionadas às principais atividades de cada escola ao longo dos anos e inventariados junto aos professores o entrosamento dos alunos com a Educação Ambiental, que culminaram em um registro de ações desenvolvidas no decorrer dos últimos anos letivos.

RESULTADOS

No primeiro momento foi realizada uma visita às duas escolas para explanação de como seria realizado o trabalho. Com a permissão dos gestores das referidas instituições, foi indicado um representante de cada escola para auxiliar no desenvolvimento do trabalho, com informações e fornecimento de atividades e práticas realizadas na escola durante os anos passados e atuais.

Foi realizado um período de observação, onde através de encontros (reuniões) com os professores e gestores foi analisado o calendário de aulas, quais as atividades realizadas pelas instituições, a disponibilidade de documentos referentes às atividades buscando um melhor conhecimento da comunidade escolar e suas pretensões quanto às questões ambientais. Efetivamente, o início da atuação nas escolas ocorreu no mês de abril de 2012.

A educação ambiental começou a ser um assunto abordado/inserido nos conteúdos didáticos a partir do ano de 2007 de acordo com as informações dos professores e gestores, desenvolvida de forma interdisciplinar, por intermédio de planejamentos constantes, envolvendo todos os segmentos da escola. Desde modo, segue na direção do exposto por Effting (2007), quando menciona que uma das finalidades da educação ambiental é promover, para todas as pessoas, a possibilidade de adquirir os conhecimentos, o sentido dos valores, o interesse ativo a as atitudes, necessárias para melhorar e proteger o meio ambiente.

Acordando, portanto, com Reigota (2008, p. 65), quando afirma que “a escola se destaca como um ambiente privilegiado e interdisciplinar no desenvolvimento de atividades que propiciam a importância da temática ambiental”, onde o aluno apreende, em sala de aula e em diversas atividades de campo e excursões, o prazer e o encanto que a natureza representa.

Para Santos (2008, p. 25):

A Educação Ambiental é a educação que trabalha com assuntos relacionados ao meio ambiente, que nos informa, nos ensina, nos orienta sobre os aspectos da preservação, da nossa responsabilidade como moradores do Planeta Terra, de cuidar da nossa “casa” para termos uma boa qualidade de vida hoje e também, para as futuras gerações.

Corroborando com Dias (2001, p. 47), quando informa que a educação ambiental consiste em um processo de aprendizado com relação ao funcionamento do meio ambiente, a dependência dele, como o mesmo é afetado e como se promove a sustentabilidade. Neste contexto, as atividades desenvolvidas pelas escolas condizem com a proposição dos autores.

Para Munhoz (2004, p.1) “uma das formas de levar à comunidade educação ambiental é pela ação do professor na sala de aula e em atividades extracurriculares. Através de atividades como leitura, trabalhos escolares, pesquisas e debates”, trabalhos de campo, os alunos poderão despertar para o entendimento dos problemas que afetam ou poderão afetar a comunidade onde vivem. Dessa forma, refletindo sobre as ações efetivadas e, também, criticando as ações de desrespeito à ecologia e ao Planeta Terra, oportuniza-se, portanto, o exercício da cidadania.

Entende-se, também, que a temática ambiental inicia com a criança na educação infantil e tem continuidade no ensino fundamental, ensino médio e em sua vida social, ou seja, em seu cotidiano. Dessa forma, percebe-se a necessidade de organização do ensino para que a temática seja contemplada nas diferentes disciplinas e desenvolvida de maneira contextualizada.

De acordo com informações dos professores, semestralmente é realizado o planejamento de aulas com as estratégias de ação, tendo o ambiente como o tema gerador dessas ações. A partir de então, são definidas em conjunto com todos os professores as atividades que serão desenvolvidas de maneira individual, por turmas e/ou disciplinas, ou coletivamente, envolvendo todas as turmas e disciplinas. Sempre procurando contextualizar com a realidade dos alunos e agindo de forma participativa. Neste contexto, Prezibélla (2009, p. 02) reporta:

A ação pedagógica, através da interdisciplinaridade, aponta para a construção de uma escola participativa e decisiva na formação do sujeito social, norteada por um trabalho coletivo e solidário, marcada por uma visão geral da educação num sentido progressista e libertador.

Oportunizando, portanto, a formação de uma consciência política-ambiental.

A desertificação foi um tema bastante importante na visita, sendo observada bem de perto a degradação da natureza ocasionada pelo desmatamento dos locais visitados. Foram observados também os processos de erosão do solo devido à retirada irregular das árvores. Os professores relataram o engajamento dos alunos com relação ao tema ambiental, havendo a participação nos trabalhos realizados e nas opiniões construtivas expressas pelos mesmos. Portanto, concordando com o exposto por Lipai et al. (2007, p. 31):

No ensino médio e na educação de jovens e adultos, o pensamento crítico, contextualizado e político, e a cidadania ambiental devem ser ainda mais aprofundados, podendo ser incentivada a atuação de grupos não apenas para a melhoria da qualidade de vida, mas

especialmente para a busca de justiça socioambiental, frente às desigualdades sociais que expõem grupos sociais economicamente vulneráveis em condições de risco ambiental.

Com efeito, Vasconcellos (1997, p. 269) relata que:

A presença, em todas as práticas educativas, da reflexão sobre as relações dos seres entre si, do ser humano com ele mesmo e do ser humano com seus semelhantes é condição imprescindível para que a educação ambiental ocorra.

Por conseguinte, a interdisciplinaridade possui papel fundamental com relação à condução adequada das atividades, sendo necessária à participação de todos os educadores e gestores para a efetividade da ação. Segundo os professores, a questão ambiental também tem um papel bastante importante na escola, onde pode ser percebido por intermédio do desenvolvimento de projetos e atividades de caráter ambiental que vêm sendo desenvolvidos ao longo dos anos com participação expressiva de toda a comunidade escolar, engajada em um único propósito, que é a busca por uma melhor qualidade de vida.

Desta maneira, concordando com o exposto por Garcia (1990, p. 54):

A educação ambiental é uma visão total de educação, sendo construída de forma coletiva entre a escola e a comunidade, desenvolvida a partir de movimentos populares e coletivamente na interação escola e comunidades articulada com os movimentos populares organizados, comprometidos com a preservação da vida.

As atividades desenvolvidas, segundo os professores, foram de grande relevância para o aprendizado dos alunos, aflorando neles a criticidade com relação aos problemas, e possíveis soluções, referentes ao meio ambiente de maneira geral e, principalmente, local. Desenvolver o conhecimento ambiental e promover relações que os tornem mais engajados na sociedade é um dos papéis muito valorizados e trabalhados pelas instituições. Cabe aos alunos, como cidadãos conscientes e firmes no seu propósito ambiental, buscar desenvolver um melhor aproveitamento dos recursos ambientais, dessa forma ajudando a si e as gerações futuras.

CONCLUSÕES

É de extrema importância um conhecimento abrangente das práticas educativas que proporcionem uma compreensão da realidade crítica da situação nos tempos de hoje, observando as questões ambientais, planetárias, nacionais, regionais e locais. Despertando, desta forma, a sensibilização, e posterior conscientização, dos alunos. Para tanto, é necessária a participação da escola, de professores, de alunos, da família e de toda a comunidade em prol do bem comum, a sustentabilidade ambiental.

Observou-se com relação aos relatos de gestores e professores que os trabalhos desenvolvidos de caráter ambiental foram desenvolvidos de forma interdisciplinar com as demais disciplinas de cada turma. Ressaltado também pelos professores, que os alunos se sentiram estimulados a participar das ações desenvolvidas. Outro fator importante é o engajamento da comunidade e a escola, onde são trabalhados ao longo dos anos a sensibilização dos alunos e o verdadeiro valor de um ser humano preocupado com o meio em que vive, segundo os gestores e professores.

Ainda existe muito a ser feito, tanto nas escolas quanto na comunidade estudada. O trabalho desenvolvido serviu para despertar, dar visibilidade a muitos aspectos que foram desenvolvidos ou que devem ser aprofundados. No cômputo final, é importante destacar que todos têm que ensinar e aprender, sensibilizar e sermos sensibilizado/conscientizados, em prol do meio ambiente equilibrado, criando ações concretas para a reflexão e para o desenvolvimento de atitudes que promovam a conservação e/ou a preservação ambiental.

Unir as forças é uma solução, caminhar de forma ecológica é um processo que se deve construir de forma constante, onde ensinamos e aprendemos muito, conscientizando e sendo conscientizados do muito que ainda podemos fazer, criando ações concretas para a reflexão e o desenvolvimento de atitudes de preservação ambiental.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BRASIL. Lei nº 9795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 28 abr. 1999.
2. CARVALHO, I. C. de M. Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2008. 256p.
3. DIAS, G. F. Educação Ambiental. Princípios e Práticas. 6 ed. Revisado e Ampliado. São Paulo: Gaia, 2001.
4. EFFTING, T. R. Educação Ambiental nas Escolas Públicas: Realidade e Desafios. Monografia (Especialização em Planejamento para o Desenvolvimento Sustentável). Centro de Ciências Agrárias, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus de Marechal Cândido Rondon, 2007.
5. GARCIA V. Educação Ambiental, um relato de experiência. Curso de pedagogia e formação ambiental. São Paulo/SP: USP, 1990.
6. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE), Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 2008 (PNSB). Rio de Janeiro, 2010.
7. LIPAI, E. M.; LAYRARQUES, P. P.; PEDRO, V. V. Educação Ambiental na Escola: tá na lei..., In: BRASIL, Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola. [Coordenação: Soraia Silva de Mello, Rachel Trajber]. Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental / Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental. Brasília/DF: UNESCO, 2007.
8. MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2005.
9. MUNHOZ, T. Desenvolvimento Sustentável e Educação Ambiental. 2004. In: Educação Ambiental. Disponível em <<http://www.brasilescola.com/educacao/educacao-ambiental.htm>>. Acesso em: Jul. 2012.
10. PREZIBÉLLA, P. R. M. A construção de uma práxis interdisciplinar na educação especial: análise de uma experiência. Monografia (Planejamento Sustentável), USP. São Paulo, 2009.
11. REIGOTA, M.A. dos S. Cidadania e educação ambiental, Porto Alegre, v. 20, p.65, 04 jan. 2008.
12. SANTOS, M. Metamorfoses do Espaço Habitado. 6 ed. São Paulo: USP, 2008.
13. SEABRA, G. Educação ambiental na sociedade de consumo e riscos. In: SEABRA, Giovanni (Org). Educação ambiental. João Pessoa: EDUEPB, 2009. 228 p.
14. VASCONCELLOS, H. S. R. A pesquisa-ação em projetos de Educação Ambiental: PEDRINI, A. G. Educação Ambiental: reflexões e práticas contemporâneas. Petrópolis: Vozes, 1997.